XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Humanas

Projeto:

OS USOS DAS JUSTIÇAS DO DIÁLOGO NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES, DE GÊNERO E GERAÇÃO

Autores:

JÉSSICA LOPES FACHINETTO (II PROGRAMA DE APOIO À INSTALAÇÃO DE DOUTORES)
LUIZA MATTHEIS CRUZ CAIXETA (II PROGRAMA DE APOIO À INSTALAÇÃO DE
MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA (ORIENTADOR)

Resumo:

Esse projeto está inserido no tema da administração de conflitos por meio da mediação e conciliação realizadas judicialmente; bem como na formulação de demandas por direitos por grupos socialmente minoritários. Interessa entender como administrar conflitos que envolvem desequilíbrios de poder marcados por diferenças de gênero e geração, articulados as diferenças de classe social dos envolvidos. O objetivo geral foi entender como as demandas por direitos que envolvem relações marcadas por diferenças de gênero são equacionadas em campos diversos. Mais especificamente, como são organizadas as demandas por direitos dos atores por meio da concliação prevista na Lei Maria da Penha - que tratam de situações de violência doméstica contra mulher - bem como por meio de uma organização de estudantes universitários que defendem direitos à "diversidade sexual". A pesquisa, de cunho etnográfico, foi realizada na cidade de Juiz de Fora, no Tribunal de Justiça onde são julgados os casos da Lei Maria da Penha e no Grupo Universitário chamado MUDD*Se que defende a diversidade sexual. Por um lado, buscou-se analisar a emergência e a dinâmica de grupos universitários de defesa de minorias, descrevendo o funcionamento do grupo, os conflitos e brigas internas, o relacionamento desse grupo com outros do mesmo gênero e com aqueles aos quais se opõe, situando a problemática no universo da militância. Por outro lado, a perspectiva de pesquisa aqui proposta visou um estudo sobre a construção das demanda por justiça de mulheres agredidas equacionadas em direitos por meio da Lei Maria da Penha. O foco é na experiência vivida desse público atendido: a experiência de descriminação, violência ou abuso e o seu equacionamento em direitos, observando a sua organização, reivindicação e denúncia e o atendimento oferecido pelas instituições pesquisadas. Entende-se que as demandas por direitos estão sempre associadas a alguma idéia de "justiça", seja ela formal, estatal ou moral. Isto é, as pessoas estão mobilizadas por algum "senso de justiça" para propor demandas por direitos. Segundo, Geertz há "sensibilidades jurídicas" variadas e, nesse sentido, importa entender qual a idéia e práticas de justiça que essas

sensibilidades refletem. Essa análise buscou entender sobre o senso de justiça que está sendo refletido por essas demandas. O que permitirá também compreender quais são as concepções de família, gênero e geração que estão regendo essa demanda por direitos.